

ATUALIZAÇÕES EM PROMOÇÃO DA SAÚDE 2



ORGANIZADORES

**AVELAR ALVES DA SILVA
LENNARA PEREIRA MOTA
PAULO SÉRGIO DA PAZ SILVA FILHO**



ATUALIZAÇÕES EM PROMOÇÃO DA SAÚDE 2



ORGANIZADORES

AVELAR ALVES DA SILVA
LENNARA PEREIRA MOTA
PAULO SÉRGIO DA PAZ SILVA FILHO





O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial do SCISAUDE. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.



LICENÇA CREATIVE COMMONS

A editora detém os direitos autorais pela edição e projeto gráfico. Os autores detêm os direitos autorais dos seus respectivos textos. ATUALIZAÇÕES EM PROMOÇÃO DA SAÚDE 2 de [SCISAUDE](#) está licenciado com uma Licença [Creative Commons - Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional](#). (CC BY-NC-ND 4.0). Baseado no trabalho disponível em <https://www.scisaude.com.br/catalogo/atualizacoes-em-promocao-da-saude-2/75>

2025 by SCISAUDE

Copyright © SCISAUDE

Copyright do texto © 2025 Os autores

Copyright da edição © 2025 SCISAUDE

Direitos para esta edição cedidos ao SCISAUDE pelos autores.

Open access publication by SCISAUDE



ATUALIZAÇÕES EM PROMOÇÃO DA SAÚDE 2

ORGANIZADORES

Dr. Avelar Alves da Silva

<http://lattes.cnpq.br/8204485246366026>

<https://orcid.org/0000-0002-4588-0334>

Me. Paulo Sérgio da Paz Silva Filho

<http://lattes.cnpq.br/5039801666901284>

<https://orcid.org/0000-0003-4104-6550>

Esp. Lennara Pereira Mota

<http://lattes.cnpq.br/3620937158064990>

<https://orcid.org/0000-0002-2629-6634>

Editor chefe

Paulo Sérgio da Paz Silva Filho

Projeto gráfico

Lennara Pereira Mota

Diagramação:

Paulo Sérgio da Paz Silva Filho

Lennara Pereira Mota

Revisão:

Os Autores



Conselho Editorial

Ana Flavia de Oliveira Ribeiro	Elane da Silva Barbosa	Juliane Maguetas Colombo Pazzanese
Ana Florise Morais Oliveira	Francine Castro Oliveira	Júlia Maria do Nascimento Silva
André de Lima Aires	Giovanna Carvalho Sousa Silva	Kaline Malu Gerônimo Silva dos Santos
Angélica de Fatima Borges Fernandes	Heloísa Helena Figuerêdo Alves	Laíza Helena Viana
Camila Tuane de Medeiros	Jamile Xavier de Oliveira	Leandra Caline dos Santos
Camilla Thaís Duarte Brasileiro	Jean Carlos Leal Carvalho De Melo Filho	Lennara Pereira Mota
Carla Fernanda Couto Rodrigues	João Paulo Lima Moreira	Luana Bastos Araújo
Daniela de Castro Barbosa Leonello	Juliana Britto Martins de Oliveira	Maria Isabel Soares Barros
Dayane Dayse de Melo Costa	Juliana de Paula Nascimento	Maria Luiza de Moura Rodrigues
Maria Vitalina Alves de Sousa	Raissa Escandiusi Avramidis	Wesley Romário Dias Martins
Maryane Karolyne Buarque Vasconcelos	Renata Pereira da Silva	Wilianne da Silva Gomes
Paulo Sérgio da Paz Silva Filho	Sannya Paes Landim Brito Alves	Willame de Sousa Oliveira
Mayara Stefanie Sousa Oliveira	Suellen Aparecida Patricio Pereira	Naila Roberta Alves Rocha
Michelle Carvalho Almeida	Thamires da Silva Leal	Neusa Camilla Cavalcante Andrade Oliveira
Márcia Farsura de Oliveira		



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Atualizações em promoção da saúde 2 [livro eletrônico] / organização Avelar Alves da Silva, Paulo Sérgio da Paz Silva Filho, Lennara Pereira Mota. -- Teresina, PI : SCISAUDE, 2025. PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-85376-61-7

1. Promoção da saúde 2. Saúde - Brasil 3. Saúde pública 4. Sistema Único de Saúde (Brasil) I. Silva, Avelar Alves da. II. Silva Filho, Paulo Sérgio da Paz. III. Mota, Lennara Pereira.

25-251718

CDD-613

Índices para catálogo sistemático:

1. Saúde : Promoção da saúde : Ciências médicas 613

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415



10.56161/sci.ed.20250217



978-65-85376-61-7



SCISAUDE

Teresina – PI – Brasil

scienceesaude@hotmail.com

www.scisaude.com.br



APRESENTAÇÃO

A promoção da saúde é um pilar essencial para a construção de sociedades mais saudáveis e resilientes. Com o avanço das pesquisas e a necessidade de abordagens cada vez mais integradas e interdisciplinares, "**Atualizações em Promoção da Saúde 2**" surge como uma obra fundamental para profissionais, pesquisadores e estudantes que desejam aprofundar seus conhecimentos sobre o tema.

Este livro reúne uma série de estudos atualizados, abordando estratégias inovadoras, políticas públicas, desafios contemporâneos e práticas bem-sucedidas na promoção da saúde. A diversidade dos temas tratados reflete a amplitude desse campo, explorando desde a atenção primária até a implementação de tecnologias na saúde, passando por programas de prevenção, educação em saúde e análise epidemiológica.

Com uma linguagem clara e fundamentação científica rigorosa, "**Atualizações em Promoção da Saúde 2**" é uma leitura indispensável para aqueles que buscam compreender as novas tendências e contribuir para a efetivação de ações voltadas ao bem-estar da população.

Este livro não apenas compartilha conhecimento, mas também incentiva a reflexão crítica e a aplicação de estratégias baseadas em evidências para um futuro mais saudável e sustentável.

Boa Leitura!!!



CAPÍTULO 1	9
ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM BASEADA NA TEORIA DO AUTOCUIDADO PARA PACIENTES COM EPIDERMÓLISE BOLHOSA	9
10.56161/sci.ed.20250217C1	9
CAPÍTULO 2	17
AVALIAÇÃO CLÍNICA E FARMACOTERAPÊUTICA EM ESCLEROSE MÚLTIPLA: ESTUDO DE CASO EM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO	17
10.56161/sci.ed.20250217C2	17
CAPÍTULO 3	27
BIOTECNOLOGIA E BIOFORTIFICAÇÃO: SOLUÇÕES SUSTENTÁVEIS PARA COMBATER A DEFICIÊNCIA NUTRICIONAL GLOBAL	27
10.56161/sci.ed.20250217C3	27
CAPÍTULO 4	36
EDUCAÇÃO EM SAÚDE E EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE: ESTRATÉGIAS PARA FORTALECIMENTO DO SUS	36
10.56161/sci.ed.20250217C4	36
CAPÍTULO 5	49
SAÚDE SEXUAL NA ADOLESCÊNCIA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA PREVENÇÃO DAS ISTs E DO HIV/AIDS	49
10.56161/sci.ed.20250217C5	49
CAPÍTULO 6	63
LEVANTAMENTO DOS CASOS DE LEUCEMIA NO BRASIL: EPIDEMIOLOGIA, DIAGNOSTICO E TRATAMENTO	63
10.56161/sci.ed.20250217C6	63
CAPÍTULO 7	83
EFEITOS COLATERAIS ASSOCIADOS AO USO DE ANTICONCEPCIONAIS: UMA ANÁLISE DOS RISCOS NA SAÚDE FEMININA	83
10.56161/sci.ed.20250217C7	83
CAPÍTULO 8	97
ENVELHECIMENTO EM SITUAÇÃO DE RUA: DESAFIOS BIOPSISSOCIAIS E IMPACTOS NA SAÚDE DE IDOSOS EM VULNERABILIDADE	97
10.56161/sci.ed.20250217C8	97
CAPÍTULO 9	107
NO ENSINO SUPERIOR: REPERCUSSÕES NA SAÚDE MENTAL E NA FORMAÇÃO ACADÊMICA	107
10.56161/sci.ed.20250217C9	107
CAPÍTULO 10	116
IMPACTOS EPIDEMIOLÓGICOS DE DESASTRES NATURAIS HÍDRICOS NA SAÚDE PÚBLICA	116
10.56161/sci.ed.20250217C10	116



CAPÍTULO 11.....	128
USO DE PLANTAS MEDICINAIS NO TRATAMENTO DE INFECÇÕES DO TRATO URINÁRIO: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA.....	128
10.56161/sci.ed.20250217C11	129
CAPÍTULO 12.....	141
VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA E SAÚDE DA MULHER: RISCOS, PROTEÇÃO E REPERCUSSÕES FÍSICAS E MENTAIS	141
10.56161/sci.ed.20250217C12	141
CAPÍTULO 13.....	150
POTENCIAL BIOINSETICIDA GÊNERO <i>Eugenia</i> L. (MYRTACEAE) FRENTE A <i>Aedes aegypti</i> (DIPTERA: CULICIDAE): UMA REVISÃO	150
10.56161/sci.ed.20250217C13	150
CAPÍTULO 14.....	161
ANÁLISE <i>IN SILICO</i> DO POTENCIAL ANTI-SARS-COV-2 DOS COMPOSTOS MAJORITÁRIOS DO ÓLEO ESSENCIAL DAS FOLHAS DE AROEIRA (<i>Myracrodruon urundeuva</i>).....	161
10.56161/sci.ed.20250217C14.....	161
CAPÍTULO 15.....	170
ASSOCIAÇÃO ENTRE A SÍNDROME METABÓLICA E A DOENÇA DE ALZHEIMER..	170
10.56161/sci.ed.20250217C15	170
CAPÍTULO 16.....	180
CARACTERÍSTICAS DO DIABETES MELLITUS GESTACIONAL: UMA REVISÃO DO DIAGNÓSTICO AO TRATAMENTO	180
10.56161/sci.ed.20250217C16.....	180
CAPÍTULO 17.....	193
FUNGOS CONTRA O CÂNCER: EXPLORANDO NOVAS ALTERNATIVAS TERAPÊUTICAS PARA O CÂNCER DE MAMA.....	193
10.56161/sci.ed.20250217C17.....	193
CAPÍTULO 18.....	206
AVALIAÇÃO E INTERVENÇÃO DE ENFERMAGEM EM CASOS DE ABUSO INFANTIL	206
10.56161/sci.ed.20250217C18.....	206
CAPÍTULO 19.....	216
GARANTINDO A SEGURANÇA NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA: A IMPORTÂNCIA DOS PRIMEIROS SOCORROS	216
10.56161/sci.ed.20250217C19.....	216
CAPÍTULO 20.....	226
RISCO DE DEPRESSÃO PÓS-PARTO EM MÃES DE PREMATUROS EM UTIN: UMA REVISÃO DE ESCOPO.....	226
10.56161/sci.ed.20250217C20	226
CAPÍTULO 21.....	242



O PAPEL DA FAMÍLIA E DO MEIO SOCIAL NA ADESÃO À POLIQUIMIOTERAPIA – REVISÃO INTEGRATIVA	242
10.56161/sci.ed.20250217C21	242
CAPÍTULO 22.....	253
PHOTOVOICE: RELATO DE EXPERIÊNCIA NO USO DO MÉTODO COM MÃES ADOLESCENTES DE PREMATUROS.....	253
10.56161/sci.ed.20250217C22	253
CAPÍTULO 23.....	266
ESTRATÉGIA DE TRATAMENTO DO SOBREPESO E OBESIDADE NA APS: EXPÊRIÊNCIA DE SAÚDE EM BRASILEIA-AC	266
10.56161/sci.ed.20250217C23	266
CAPÍTULO 24.....	275
PREVENÇÃO E ATUALIZAÇÃO: UTILIZAÇÃO DE CÁLCIO POR GESTANTE	275
10.56161/sci.ed.20250217C24	275
CAPÍTULO 25.....	282
ANÁLISE DAS ESTRATÉGIAS DE AÇÕES PARA A PREVENÇÃO DO USO RECREATIVO DE MACONHA NO BRASIL	282
10.56161/sci.ed.20250217C25	282
CAPÍTULO 26.....	296
A PRÁTICA DO ENFERMEIRO NA INSERÇÃO E MANUTENÇÃO DO PICC EM PEDIATRIA: DESAFIOS E ESTRATÉGIAS ASSISTENCIAIS.....	296
10.56161/sci.ed.20250217C26	296
CAPÍTULO 27.....	308
AVALIAÇÃO TÓXICA, CITOTÓXICA, MUTAGÊNICA E OXIDANTE DO EXTRATO ETANÓLICO DE <i>Eucalyptus grandis</i>	308
10.56161/sci.ed.20250217C27	308
CAPÍTULO 28.....	323
ESTUDO DO POTENCIAL TÓXICO, CITOTÓXICO E MUTAGÊNICO DO PICOLINATO DE CROMO EM MODELO <i>Allium cepa</i> E <i>Artemia Salina</i>.....	323
CAPÍTULO 29.....	336
AVALIAÇÃO MUTAGÊNICA RELACIONADA AO USO DE APARELHOS ORTODÔNTICOS EM CÉLULAS DA MUCOSA ORAL.....	336
10.56161/sci.ed.20250217C29	336
CAPÍTULO 30.....	349
CONHECIMENTO DISCENTE SOBRE CÂNCER DE MAMA NO ENSINO MÉDIO.....	349
10.56161/sci.ed.20250217C30	349
CAPÍTULO 31.....	362
HCOR: TELEMEDICINA COMO PRECURSOR DE AGILIDADE NA ASSISTÊNCIA DE URGÊNCIAS E EMERGÊNCIAS	362
10.56161/sci.ed.20250217C31	362
CAPÍTULO 32.....	369



ESTRATÉGIAS PARA PREVENÇÃO DE ACIDENTE VASCULAR ENCEFÁLICO RECORRENTE.....	369
10.56161/sci.ed.20250217C32.....	369
CAPÍTULO 33.....	376
CUIDADOS PALIATIVOS NA PROMOÇÃO DA SAÚDE.....	376
10.56161/sci.ed.20250217C33.....	376
CAPÍTULO 34.....	385
AVALIAÇÃO DA DOR NO PÓS-OPERATÓRIO IMEDIATO: USO DO QUESTIONÁRIO MCGILL.....	385
10.56161/sci.ed.20250217C34.....	385
CAPÍTULO 35.....	396
ATUAÇÃO DO FARMACÊUTICO NA SÍNDROME METABÓLICA.....	396
10.56161/sci.ed.20250217C35.....	396
CAPÍTULO 36.....	407
POLIFARMÁCIA, ADESÃO E CONHECIMENTO DO TRATAMENTO MEDICAMENTOSO EM IDOSOS COM DOENÇA DE PARKINSON.....	407
10.56161/sci.ed.20250217C36.....	407
CAPÍTULO 37.....	421
ZIF-8 COMO NANOCARREADOR DE ANTIMÔNIO: ESTUDO DE SÍNTESE E CARACTERIZAÇÃO.....	421
10.56161/sci.ed.20250217C37.....	421
CAPÍTULO 38.....	432
PAPEL DO ENFERMEIRO DESPORTISTA: UMA REVISÃO NARRATIVA DA LITERATURA.....	432
10.56161/sci.ed.20250217C38.....	432
CAPÍTULO 39.....	444
APLICAÇÕES MULTIFUNCIONAIS DO ZIF-8 EM SAÚDE, CATÁLISE E PROCESSOS AMBIENTAIS.....	444
10.56161/sci.ed.20250217C39.....	444
CAPÍTULO 40.....	452
ANÁLISE DE APLICATIVOS PARA SMARTPHONES DE EXAMES RADIOGRÁFICOS.....	452
10.56161/sci.ed.20250217C40.....	452
CAPÍTULO 41.....	464
ESTUDO DA DISTRIBUIÇÃO DOS APARELHOS DE DENSITOMETRIA ÓSSEA NO ESTADO DO PIAUÍ.....	464
10.56161/sci.ed.20250217C41.....	464
CAPÍTULO 42.....	475
DESAFIOS E ESTRATÉGIAS NA ATENÇÃO PRIMÁRIA: O PAPEL DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL NA PROMOÇÃO DA SAÚDE.....	475
10.56161/sci.ed.20250217C42.....	475
CAPÍTULO 43.....	485



INDICADORES EPIDEMIOLÓGICOS E A TOMADA DE DECISÃO EM SAÚDE PÚBLICA: DA VIGILÂNCIA À INTERVENÇÃO	485
10.56161/sci.ed.20250217C43	485
CAPÍTULO 44.....	495
PRÁTICAS DE ENFERMAGEM PARA PREVENÇÃO DE INFECÇÕES RELACIONADAS À ASSISTÊNCIA EM UNIDADES DE TERAPIA INTENSIVA	495
10.56161/sci.ed.20250217C44.....	495
CAPÍTULO 45.....	512
RESISTÊNCIA BACTERIANA: UM DESAFIO CRESCENTE PARA A SAÚDE PÚBLICA GLOBAL.....	512
10.56161/sci.ed.20250217C45.....	512
CAPÍTULO 46.....	530
A REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (RAPS) E A DESINSTITUCIONALIZAÇÃO: DESAFIOS E AVANÇOS NA IMPLEMENTAÇÃO DE CENTROS DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (CAPS) E RESIDÊNCIAS TERAPÊUTICAS, SOB A ÓTICA DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE MENTAL	530
10.56161/sci.ed.20250217C46.....	530
CAPÍTULO 47.....	542
A INTEGRALIDADE DO CUIDADO NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE (APS): ANÁLISE MULTIPROFISSIONAL DA COORDENAÇÃO DE CUIDADO E DO ACESSO NO SUS	542
10.56161/sci.ed.20250217C47.....	542
CAPÍTULO 48.....	553
ADEQUAÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE PÚBLICA AO ENVELHECIMENTO POPULACIONAL: AVALIAÇÃO DA PREVENÇÃO DA FRAGILIDADE E DA GESTÃO DO CUIDADO DOMICILIAR AO IDOSO NO SUS.....	553
10.56161/sci.ed.20250217C48.....	553
CAPÍTULO 49.....	565
TRABALHO MATERNO E AMAMENTAÇÃO: ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE SUPORTE À LACTANTE E OS IMPACTOS SANITÁRIOS DO ALEITAMENTO CRUZADO	565
10.56161/sci.ed.20250217C49.....	565



CAPÍTULO 49

TRABALHO MATERNO E AMAMENTAÇÃO: ANÁLISE DAS POLÍTICAS DE SUPORTE À LACTANTE E OS IMPACTOS SANITÁRIOS DO ALEITAMENTO CRUZADO

MATERNAL WORK AND BREASTFEEDING: ANALYSIS OF POLICIES SUPPORTING LACTATING WOMEN AND THE SANITARY IMPACTS OF CROSS-BREASTFEEDING

 10.56161/sci.ed.20250217C49

Thiago de Freitas França

Mestre em Enfermagem pela Fundação Oswaldo Cruz

Micaela Dias dos Anjos

Médica pela Universidade Federal da Bahia - Campus Anísio Teixeira

Maurício Rouvel Nunes

Mestre pela Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre

Kamilla Menezes e Souza

Graduada em Medicina pela Universidade Federal da Grande Dourados

Felipe Silva Ribeiro

Mestre em saúde do adulto pela UFMA (Universidade Federal do Maranhão)

Roberta Guerra Campos

Graduanda em Enfermagem pelo Centro Universitário Unifacid Wyden

Laina Íris Nunes Santana

Enfermeira pela Faculdade Unisapiens

Carlos Eduardo Cardoso Silva

Graduado em Odontologia pela Universidade Federal do Piauí

Vanessa dos Santos Nunes

Fundação de Ensino Superior de Olinda-FUNESO

Carlos Lopatiuk

Doutor em Ciências Sociais pela UEPG e Doutorando em Desenvolvimento Comunitário pela UNICENTRO



RESUMO

A manutenção do aleitamento materno no contexto do trabalho feminino constitui um desafio relevante para a saúde pública, especialmente em sociedades marcadas por desigualdades estruturais e limitações institucionais. Este estudo teve como objetivo analisar a relação entre trabalho materno, políticas públicas de suporte à lactante e os impactos sanitários associados às práticas de alimentação infantil no Brasil contemporâneo, com ênfase nos riscos do aleitamento cruzado e no papel da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, de abordagem qualitativa e analítico-interpretativa, baseada na análise de artigos científicos, documentos normativos e relatórios técnicos nacionais publicados entre 2023 e 2025, obtidos em bases de dados científicas e repositórios institucionais. Os resultados indicam que o retorno ao trabalho permanece como um dos principais fatores associados ao desmame precoce, mesmo diante de avanços legislativos recentes voltados à proteção da lactante. Evidenciam-se limitações na efetiva implementação de políticas de apoio à amamentação nos ambientes laborais, o que favorece a adoção de práticas alternativas de alimentação infantil, incluindo o aleitamento cruzado. A análise sanitária demonstra que o aleitamento cruzado representa risco significativo à saúde infantil, sobretudo pela possibilidade de transmissão vertical de patógenos, contrastando com a segurança oferecida pelo leite humano pasteurizado proveniente dos Bancos de Leite Humano. Conclui-se que a proteção do aleitamento materno exige articulação intersetorial entre políticas trabalhistas, sanitárias e sociais, visando garantir condições seguras e equitativas para a alimentação infantil.

Palavras-chave: Aleitamento materno; Trabalho feminino; Desmame precoce; Bancos de leite humano; Saúde pública.

ABSTRACT

The maintenance of breastfeeding in the context of women's participation in the workforce represents a significant challenge for public health, particularly in societies marked by structural inequalities and institutional limitations. This study aimed to analyze the relationship between maternal work, public policies supporting lactating women, and the sanitary impacts associated with infant feeding practices in contemporary Brazil, with emphasis on the risks of cross-breastfeeding and the role of the Brazilian Network of Human Milk Banks. This is a narrative literature review with a qualitative and analytical-interpretative approach, based on the analysis of scientific articles, normative documents, and national technical reports published between 2023 and 2025, retrieved from scientific databases and institutional repositories. The results indicate that the return to work remains one of the main factors associated with early weaning, despite recent legislative advances aimed at protecting lactating women. Limitations in the effective implementation of breastfeeding support policies in work environments were identified, favoring the adoption of alternative infant feeding practices, including cross-breastfeeding. Sanitary analysis demonstrates that cross-breastfeeding poses significant risks to infant health, particularly due to the possibility of vertical transmission of pathogens, contrasting with the safety provided by pasteurized human milk from Human Milk Banks. It is concluded that the protection of breastfeeding requires intersectoral articulation between labor, health, and social policies to ensure safe and equitable conditions for infant feeding.

Keywords: Breastfeeding; Working women; Early weaning; Human milk banks; Public health.



1. INTRODUÇÃO

A amamentação constitui uma das intervenções de maior impacto na promoção da saúde infantil e materna, sendo reconhecida internacionalmente como estratégia fundamental para a redução da morbimortalidade infantil, a prevenção de doenças infecciosas e o fortalecimento do vínculo mãe-bebê, além de representar um direito humano da criança e da mulher (Sociedade Brasileira de Pediatria [SBP], 2024). No entanto, a manutenção do aleitamento materno, especialmente em sua forma exclusiva até os seis meses de vida, permanece fortemente condicionada por fatores sociais, econômicos e institucionais, entre os quais se destaca a inserção da mulher no mercado de trabalho formal e informal (Duarte Neto et al., 2025).

No contexto brasileiro contemporâneo, a ampliação da participação feminina no mercado de trabalho tem ocorrido de maneira descompassada em relação à adaptação das estruturas laborais às necessidades fisiológicas e sociais da maternidade, o que impõe desafios significativos à continuidade da amamentação após o término da licença-maternidade (Fernandes et al., 2024). Estudos nacionais demonstram que o retorno ao trabalho constitui um dos principais determinantes do desmame precoce, não por decisão individual da mulher, mas em decorrência da ausência de condições adequadas para ordenha, armazenamento do leite e pausas durante a jornada laboral (Sousa et al., 2024).

Diante desse cenário, o Estado brasileiro tem buscado avançar na formulação de políticas públicas voltadas à proteção da lactante trabalhadora, especialmente no período recente compreendido entre 2022 e 2024, com a promulgação da Lei nº 14.457/2022, que instituiu o Programa Emprega + Mulheres, da Lei nº 14.611/2023, voltada à igualdade salarial, e da Portaria GM/MS nº 5.427/2024, que reestruturou a política nacional de promoção, proteção e apoio à amamentação (Brasil, 2022; Brasil, 2023; Brasil, 2024). Essas normativas representam um esforço de articulação entre políticas trabalhistas e sanitárias, ao reconhecer que a manutenção do aleitamento materno depende de condições objetivas de trabalho e segurança econômica.

Entretanto, apesar dos avanços normativos, a literatura recente evidencia que a efetividade dessas políticas permanece limitada pela heterogeneidade de sua implementação e pela persistência de barreiras culturais e organizacionais nos ambientes de trabalho, que frequentemente restringem o uso de direitos legalmente garantidos, como pausas para amamentação e acesso a Salas de Apoio à Amamentação (Fernandes et al., 2024; Duarte Neto et al., 2025). Esse descompasso entre norma e prática contribui para a adoção de estratégias alternativas de alimentação infantil, incluindo a introdução precoce de fórmulas e a prática do



aleitamento cruzado, especialmente em contextos de vulnerabilidade social (Boccolini et al., 2023).

O aleitamento cruzado, definido como a amamentação de uma criança por uma mulher que não é sua mãe biológica, persiste no Brasil como prática culturalmente legitimada em determinados contextos familiares e comunitários, sendo frequentemente associada a valores de solidariedade e cuidado coletivo (Nucci; Fazzioni, 2024). Todavia, à luz do conhecimento sanitário contemporâneo, essa prática é formalmente contraindicada pelas autoridades de saúde, uma vez que o leite humano cru constitui um fluido biológico potencialmente transmissor de patógenos graves, como HIV e HTLV, cujos riscos são amplificados pela ausência de triagem sorológica e controle microbiológico no âmbito informal (Rosadas; Miranda, 2023; SBP, 2024).

Nesse contexto, a Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano destaca-se como política pública estratégica para a garantia do acesso seguro ao leite humano, especialmente em situações em que a amamentação direta não é possível, configurando-se como alternativa ética e sanitariamente segura ao aleitamento cruzado (Brasil, 2024; Raiol et al., 2023). A atuação qualificada da enfermagem nesses serviços reforça a centralidade da dimensão técnico-sanitária na proteção da saúde infantil e na prevenção de agravos evitáveis (Conselho Federal de Enfermagem, 2024).

Adicionalmente, a segurança da alimentação infantil encontra-se intrinsecamente relacionada às condições de saneamento básico, uma vez que, na impossibilidade do aleitamento materno, a preparação de fórmulas depende do acesso à água potável e a condições adequadas de higiene, inexistentes em parcelas significativas do território brasileiro, o que expõe lactentes a doenças de veiculação hídrica e parasitoses (Instituto Trata Brasil, 2025). Assim, a amamentação assume papel ainda mais central como estratégia de proteção à saúde infantil em contextos de desigualdade estrutural.

Diante desse panorama, o presente estudo tem como objetivo analisar, por meio de uma revisão narrativa da literatura, a relação entre trabalho materno, políticas públicas de suporte à lactante e os impactos sanitários associados às práticas de alimentação infantil, com ênfase nos riscos do aleitamento cruzado e na importância da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano como estratégia de saúde pública no Brasil contemporâneo.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura, de natureza qualitativa, com abordagem analítico-interpretativa, desenvolvida com o objetivo de compreender de forma integrada as relações entre trabalho materno, políticas públicas de



suporte à lactante, práticas de alimentação infantil e riscos sanitários associados ao aleitamento cruzado no contexto brasileiro contemporâneo. A escolha da revisão narrativa justifica-se pela necessidade de articular evidências de diferentes campos do conhecimento, saúde coletiva, enfermagem, direito do trabalho, epidemiologia e ciências sociais, permitindo uma análise ampliada e contextualizada do fenômeno estudado, sem a restrição metodológica própria das revisões sistemáticas ou meta-análises.

A coleta do material bibliográfico foi realizada entre janeiro de 2023 e dezembro de 2025, contemplando produções científicas, documentos normativos, relatórios técnicos e protocolos institucionais relacionados à amamentação, trabalho feminino, aleitamento cruzado e segurança sanitária do leite humano no Brasil (Brasil, 2022; Brasil, 2024). Foram consultadas as bases de dados SciELO, PubMed/MEDLINE, LILACS, BDENF, bem como repositórios institucionais do Ministério da Saúde, Sociedade Brasileira de Pediatria, Instituto Trata Brasil e Conselho Federal de Enfermagem, visando garantir abrangência temática e rigor científico na seleção das fontes.

Os descritores utilizados foram selecionados a partir do DeCS/MeSH, combinados por operadores booleanos, incluindo: *“aleitamento materno” AND “trabalho feminino”, “desmame precoce” AND “retorno ao trabalho”, “aleitamento cruzado” OR “cross-breastfeeding”, “bancos de leite humano” AND “segurança sanitária”, “HTLV” AND “transmissão vertical”,* bem como *“políticas públicas” AND “amamentação”*. A estratégia de busca priorizou estudos publicados em português, inglês e espanhol, considerando a relevância regional e internacional do tema.

Foram adotados como critérios de inclusão: artigos originais, revisões, estudos qualitativos e quantitativos, documentos oficiais e normativas publicados entre 2023 e 2025; produções que abordassem explicitamente a relação entre trabalho materno e amamentação; estudos sobre aleitamento cruzado, Bancos de Leite Humano, HTLV, HIV ou políticas públicas de apoio à lactante; e materiais com acesso ao texto completo. Como critérios de exclusão, foram desconsiderados trabalhos duplicados, estudos com foco exclusivo em populações não humanas, publicações anteriores a 2023 que não apresentassem relevância normativa ou sanitária atual, bem como materiais opinativos sem base empírica ou respaldo institucional.

A análise do material selecionado foi conduzida por meio de leitura exploratória, analítica e interpretativa, buscando identificar categorias temáticas centrais relacionadas aos eixos: (i) políticas públicas de proteção à lactante trabalhadora; (ii) infraestrutura de suporte à amamentação no ambiente laboral; (iii) fatores associados ao desmame precoce; (iv) riscos sanitários do aleitamento cruzado; e (v) papel da Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano



e da enfermagem na segurança alimentar infantil. As informações foram organizadas de forma descritiva e crítica, respeitando a complexidade dos fenômenos analisados e a interdependência entre dimensões legais, sociais e sanitárias.

Os documentos normativos incluindo a Lei nº 14.457/2022, a Lei nº 14.611/2023, a Portaria GM/MS nº 5.427/2024 e a Resolução Cofen nº 741/2024 foram analisados a partir de sua interface com a saúde pública, considerando seus efeitos potenciais sobre a manutenção do aleitamento materno e a prevenção de riscos sanitários associados à alimentação infantil. A triangulação entre evidências científicas, dados institucionais e marcos legais permitiu construir uma análise integrada e contextualizada, alinhada aos princípios da saúde coletiva e da proteção integral à criança e à mulher trabalhadora.

Por se tratar de uma revisão narrativa baseada exclusivamente em fontes secundárias de domínio público, este estudo não envolveu coleta direta de dados com seres humanos, dispensando, portanto, submissão a Comitê de Ética em Pesquisa, conforme as diretrizes da Resolução nº 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde, aplicável a pesquisas em ciências humanas e sociais (Brasil, 2016; Fernandes et al., 2024).

3. RESULTADOS

Os resultados da análise indicam que o retorno da mulher ao trabalho permanece como um dos principais fatores associados ao desmame precoce no Brasil, mesmo diante dos avanços normativos recentes voltados à proteção da lactante, evidenciando uma lacuna persistente entre a legislação e a prática cotidiana nos ambientes laborais (Duarte Neto et al., 2025; Fernandes et al., 2024). A interrupção do Aleitamento Materno Exclusivo ocorre, de forma recorrente, no período imediatamente posterior ao término da licença-maternidade, sobretudo quando não há oferta efetiva de condições estruturais para ordenha e armazenamento do leite no local de trabalho (Sousa et al., 2024; Sociedade Brasileira de Pediatria [SBP], 2024).

A análise das políticas públicas implementadas entre 2022 e 2024 evidencia que a Lei nº 14.457/2022 introduziu mecanismos relevantes de flexibilização laboral, como o incentivo ao teletrabalho e o reembolso-creche, os quais apresentam impacto positivo potencial sobre a manutenção do aleitamento materno, ainda que sua aplicação seja heterogênea e frequentemente condicionada à cultura organizacional das empresas (Brasil, 2022; Fernandes et al., 2024). Dados qualitativos apontam que mulheres que conseguem permanecer em regime de trabalho remoto ou híbrido apresentam maior duração do aleitamento materno exclusivo e menor nível de ansiedade relacionada à separação mãe-bebê, favorecendo a fisiologia da lactação (Duarte Neto et al., 2025; Fernandes et al., 2024).



No que se refere à infraestrutura de suporte, os resultados indicam que a existência de Salas de Apoio à Amamentação constitui um fator decisivo para a continuidade da lactação após o retorno ao trabalho, desde que essas estruturas atendam aos critérios técnicos e sanitários estabelecidos pelo Ministério da Saúde e pela Anvisa (Brasil, 2024; Raiol et al., 2023). Entretanto, evidenciam-se barreiras operacionais relevantes, como subdimensionamento das salas, controle excessivo do tempo de uso e ausência de profissionais capacitados para orientação do manejo da amamentação, fatores que limitam a efetividade dessa política (Fernandes et al., 2024; Sergipe, 2024).

A análise dos dados sanitários demonstra que, na ausência de suporte adequado à lactante trabalhadora, muitas famílias recorrem a estratégias alternativas para alimentação infantil, incluindo o uso precoce de fórmulas infantis e a prática do aleitamento cruzado, especialmente em contextos de vulnerabilidade socioeconômica e insegurança alimentar (Boccolini et al., 2023; Nucci; Fazzioni, 2024). Estudos recentes apontam que o aleitamento cruzado permanece presente em redes comunitárias e familiares, sendo frequentemente justificado por valores culturais de solidariedade e cuidado coletivo, apesar de sua contraindicação formal pelas autoridades sanitárias (Boccolini et al., 2023; Sociedade Brasileira de Pediatria, 2024).

Do ponto de vista epidemiológico, os resultados evidenciam que o aleitamento cruzado representa risco sanitário significativo, sobretudo pela possibilidade de transmissão vertical de patógenos como HIV e HTLV, cuja veiculação pelo leite humano é amplamente documentada na literatura científica (Rosadas; Miranda, 2023; Boccolini et al., 2023). A análise destaca que o risco é agravado pela ausência de triagem sorológica sistemática das mulheres envolvidas na prática informal do aleitamento cruzado, bem como pela inexistência de controle microbiológico e térmico do leite ofertado (Rosadas; Miranda, 2023; Raiol et al., 2023).

Em contraposição, os resultados demonstram que a Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano configura-se como estratégia sanitária segura e eficaz para garantir o acesso ao leite humano em situações nas quais a amamentação direta não é possível, especialmente para recém-nascidos prematuros e lactentes em condições clínicas vulneráveis (Brasil, 2024; Raiol et al., 2023). A análise dos protocolos evidencia que os processos de triagem, pasteurização e controle microbiológico adotados pelos Bancos de Leite eliminam o risco de transmissão de vírus como HIV e HTLV, preservando simultaneamente parte significativa das propriedades imunológicas do leite humano (Raiol et al., 2023; Rosadas; Miranda, 2023).

Adicionalmente, os resultados indicam que a atuação da enfermagem nos Bancos de Leite Humano e nos Postos de Coleta é elemento central para a garantia da qualidade e



segurança do leite distribuído, conforme normatizado pela Resolução Cofen nº 741/2024, que atribui ao enfermeiro responsabilidades técnicas, assistenciais e educativas no manejo da doação e do consumo do leite humano (Conselho Federal de Enfermagem, 2024; Sergipe, 2024).

5. DISCUSSÃO

Os resultados obtidos reforçam a compreensão de que a amamentação não pode ser analisada exclusivamente como prática individual ou escolha materna, mas como fenômeno profundamente condicionado por estruturas legais, organizacionais e sanitárias que moldam as possibilidades reais de sua manutenção no cotidiano das mulheres trabalhadoras (Fernandes et al., 2024; Duarte Neto et al., 2025). A persistência do desmame precoce, mesmo após avanços legislativos recentes, evidencia que a eficácia das políticas públicas depende não apenas de sua existência formal, mas de sua implementação efetiva e fiscalizada nos ambientes de trabalho (Brasil, 2022; Brasil, 2023).

A Lei nº 14.457/2022 representa avanço relevante ao reconhecer explicitamente a incompatibilidade entre jornadas rígidas de trabalho e as necessidades fisiológicas da lactação, contudo, sua aplicação limitada e desigual revela a permanência de relações de poder assimétricas que constroem mulheres a silenciar suas demandas de amamentação para evitar estigmatização ou prejuízos profissionais (Brasil, 2022; Fernandes et al., 2024). Esse cenário dialoga com achados qualitativos que descrevem a vivência da lactante trabalhadora como marcada por vigilância, controle do tempo e culpabilização individual pelo insucesso da amamentação (Fernandes et al., 2024).

A discussão evidencia ainda que a existência de Salas de Apoio à Amamentação, embora fundamental, não é suficiente para garantir a manutenção da lactação se não estiver acompanhada de gestão sensível, dimensionamento adequado e respaldo institucional às pausas necessárias para ordenha, uma vez que o estresse, a pressa e a insegurança comprometem diretamente o reflexo de ejeção do leite (Raiol et al., 2023; Sergipe, 2024). Nesse sentido, a política pública falha quando reduz a amamentação a um problema logístico, desconsiderando seus determinantes emocionais e psicossociais (Sousa et al., 2024; Duarte Neto et al., 2025).

A problematização do aleitamento cruzado revela um paradoxo sanitário relevante, no qual práticas culturalmente legitimadas emergem como resposta à ausência de suporte institucional adequado à amamentação, especialmente em contextos de pobreza e insegurança alimentar (Nucci & Fazzioni, 2024; Boccolini et al., 2023). Embora socialmente interpretado como gesto de cuidado e solidariedade, o aleitamento cruzado configura-se, à luz da



infectologia contemporânea, como prática de alto risco biológico, incompatível com os princípios da segurança sanitária infantil (Rosadas & Miranda, 2023; Sociedade Brasileira de Pediatria, 2024).

A literatura recente reforça que, diferentemente do HIV, cuja transmissão vertical pode ser mitigada por intervenções medicamentosas, a infecção pelo HTLV possui como principal e mais eficaz estratégia preventiva a suspensão total do aleitamento materno, o que torna o aleitamento cruzado particularmente perigoso em territórios onde a testagem para HTLV não é universalizada (Rosadas; Miranda, 2023; Boccolini et al., 2023). Assim, a persistência dessa prática revela um problema cultural e uma falha estrutural de acesso a alternativas seguras, como o leite humano pasteurizado (Brasil, 2024; Raiol et al., 2023).

A Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano emerge, nesse contexto, como resposta ética, sanitária e tecnicamente segura ao dilema entre a necessidade do leite humano e os riscos do aleitamento cruzado, sendo reconhecida internacionalmente como modelo de política pública baseada em evidências (Brasil, 2024; Raiol et al., 2023). A centralidade da enfermagem nesse processo reforça a importância da atuação profissional qualificada na proteção da saúde infantil, ao garantir que o leite humano seja tratado como insumo terapêutico de alto valor biológico e não como produto informal de circulação comunitária (Conselho Federal de Enfermagem, 2024; Sergipe, 2024).

Por fim, a discussão evidencia que a proteção da amamentação exige articulação intersetorial entre políticas trabalhistas, sanitárias e de infraestrutura básica, uma vez que a insegurança alimentar, a precariedade do saneamento e a desigualdade de gênero no trabalho convergem para ampliar os riscos à saúde infantil (Instituto Trata Brasil, 2025; Sousa et al., 2024). A superação do desmame precoce e do aleitamento cruzado inseguro depende, portanto, da consolidação de uma rede de suporte institucional que reconheça a amamentação como direito, responsabilidade coletiva e estratégia central de saúde pública (Brasil, 2024; Sociedade Brasileira de Pediatria, 2024).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise desenvolvida ao longo deste estudo evidencia que a manutenção do aleitamento materno no contexto do trabalho feminino não pode ser compreendida como responsabilidade individual da mulher, mas como resultado direto de um arranjo estrutural que envolve políticas públicas, organização do trabalho, infraestrutura sanitária e cultura institucional. Apesar dos avanços normativos recentes no Brasil, observa-se que o retorno ao trabalho permanece como um dos principais fatores de risco para o desmame precoce, revelando



um descompasso persistente entre o arcabouço legal e sua efetiva aplicação no cotidiano laboral.

As políticas de suporte à lactante, especialmente aquelas voltadas à flexibilização da jornada, ao teletrabalho, ao reembolso-creche e à implantação de Salas de Apoio à Amamentação, representam instrumentos fundamentais para a proteção da saúde materno-infantil, contudo sua eficácia depende de fiscalização rigorosa, gestão sensível e mudança cultural nos ambientes de trabalho. A existência formal desses dispositivos, quando dissociada de condições reais de uso e de respaldo institucional, tende a produzir efeitos limitados, reforçando a culpabilização individual da mulher pelo insucesso da amamentação.

Nesse cenário de fragilidade estrutural, emergem práticas alternativas de alimentação infantil, entre as quais o aleitamento cruzado se destaca como resposta social à ausência de suporte institucional adequado. Embora historicamente associado à solidariedade comunitária, o aleitamento cruzado configura-se, à luz do conhecimento sanitário contemporâneo, como prática de risco elevado, especialmente pela possibilidade de transmissão de patógenos graves e incuráveis. A persistência dessa prática revela não apenas lacunas de informação, mas, sobretudo, desigualdades de acesso a alternativas seguras, como o leite humano pasteurizado.

A Rede Brasileira de Bancos de Leite Humano consolida-se, portanto, como estratégia sanitária ética, segura e tecnicamente qualificada, capaz de substituir o aleitamento cruzado e reduzir riscos à saúde infantil, desde que fortalecida em termos de capilaridade, financiamento e valorização profissional. A atuação da enfermagem, nesse contexto, mostra-se central para a garantia da qualidade, segurança e orientação às famílias, reafirmando o caráter do leite humano como insumo terapêutico e não como bem informal de circulação.

Por fim, os achados reforçam que a proteção do aleitamento materno exige uma abordagem intersetorial e integrada, na qual políticas trabalhistas, sanitárias e de infraestrutura básica atuem de forma convergente. Garantir que a mulher possa trabalhar sem abrir mão da amamentação implica reconhecer a lactação como questão de saúde pública, equidade de gênero e justiça social, assegurando que o direito ao trabalho não inviabilize o direito de nutrir com segurança e dignidade.

REFERÊNCIAS

BOCCOLINI, Cristiano Siqueira et al. Amamentação cruzada e a doação de leite no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 39, supl. 2, e00082322, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0102-311XPT082322>. Acesso em: 15 dez. 2025.

BRASIL. Lei nº 14.457, de 21 de setembro de 2022. Institui o Programa Emprega + Mulheres e altera a Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, n. 180, p. 2, 22 set. 2022.



BRASIL. Lei nº 14.611, de 3 de julho de 2023. Dispõe sobre a igualdade salarial e de critérios remuneratórios entre mulheres e homens. **Diário Oficial da União: seção 1**, Brasília, DF, n. 126, p. 1, 4 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete da Ministra. **Portaria GM/MS nº 5.427, de 2 de outubro de 2024**. Altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para instituir o Comitê Nacional de Amamentação - CNAM e o Programa Nacional de Promoção, Proteção e Apoio à Amamentação. Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM (Brasil). Resolução Cofen nº 741, de 24 de janeiro de 2024. Regulamenta e normatiza a assistência de Enfermagem nos Bancos de Leite Humano e Posto de Coleta de Leite Humano. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2024.

DUARTE NETO, Neemias Costa et al. The obstacles to maintaining exclusive breastfeeding after the return to work. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Curitiba, v. 23, n. 7, e10869, 2025. Disponível em: <https://ojs.observatoriolatinoamericano.com/ojs/index.php/olel/article/view/10869>. Acesso em: 15 dez. 2025.

FERNANDES, Vanessa Martinhago Borges et al. Relações de poder vivenciadas por mulheres trabalhadoras que amamentam: uma teoria substantiva. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, Goiânia, v. 26, e77579, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.5216/ree.v26.77579>. Acesso em: 15 dez. 2025.

INSTITUTO TRATA BRASIL. **Saneamento é saúde: como a falta de acesso à infraestrutura básica afeta a incidência de doenças relativas ao saneamento ambiental inadequado no Brasil?** São Paulo: ITB, 2025. Disponível em: <https://tratabrasil.org.br>. Acesso em: 15 dez. 2025.

NUCCI, Marina; FAZZIONI, Natalia. Das "amas" às "mães de leite": reflexões decoloniais sobre a prática da "amamentação cruzada". **Mana**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e2024023, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1678-49442024v30n2e2024023.pt>. Acesso em: 15 dez. 2025.

RAIOL, Thayane Cristina Souza et al. Impacto da pasteurização na qualidade microbiológica do leite em um Banco de Leite Humano na cidade de Belém – PA. **Revista Multidisciplinar em Saúde**, v. 4, n. 1, p. 18–23, 2023. DOI: 10.51161/integrar/rem/3663.

ROSADAS, Carolina; MIRANDA, Angélica Espinosa. Infecção pelo HTLV e suspensão do aleitamento materno: uma oportunidade para a prevenção da transmissão vertical. **Epidemiologia e Serviços de Saúde**, Brasília, v. 32, n. 2, e2023565, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S2237-96222023000200025>. Acesso em: 15 dez. 2025.

SÃO PAULO (Município). **Secretaria Municipal de Gestão**. Documento Norteador: Pontos de Afeto. São Paulo: SEGES, 2023. Disponível em: <https://prefeitura.sp.gov.br>. Acesso em: 15 dez. 2025.

SERGIPE. Secretaria de Estado da Saúde. **Protocolo Estadual de Puericultura e Aleitamento Humano**. Autores: Marco Aurélio de Oliveira Góes et al. Aracaju: Editora FUNESA, 2024.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. **Departamento Científico de Aleitamento Materno**. Guia prático de aleitamento materno. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: SBP, 2024.

SOUSA, Chrycianne Silva; RIBEIRO, Ruan Lopes; SOUSA, Vânia Maria Alves de. O impacto do desmame precoce na saúde da mãe e do bebê. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 24, n. 12, e17135, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.25248/reas.e17135.2024>. Acesso em: 15 dez. 2025.

